

HABEAS CORPUS Nº 561.511 - RJ (2020/0034769-5)

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ
IMPETRANTE : JONYMAR VASCONCELOS
ADVOGADO : JONYMAR VASCONCELOS - RJ205121
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PACIENTE : PAULO RICARDO FREIRE DOS SANTOS (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DECISÃO

PAULO RICARDO FREIRE DOS SANTOS alega ser vítima de coação ilegal em decorrência de acórdão proferido pelo **Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro** (Apelação Criminal n. 0001172-75.2016.8.19.0045).

Consta dos autos que o acusado, preso preventivamente, foi condenado, em primeiro grau, por tráfico de drogas, à pena de 2 anos e 9 meses de reclusão, em regime aberto, mais multa, substituída a reprimenda privativa de liberdade por restritiva de direitos. Na ocasião, o Magistrado concedeu-lhe o direito de recorrer em liberdade.

O recurso de apelação apresentado pelo Ministério Público foi examinado pelo Tribunal de origem, que, além de reformar a sentença para majorar a pena pelo tráfico de drogas e também condenar o paciente por associação – fixou a pena total em 9 anos e 11 meses de reclusão, em regime fechado, mais multa –, **determinou a expedição de mandado de prisão para início da execução.**

A defesa, então, impetrou habeas corpus nesta Corte (**HC n. 558.750/RJ**), oportunidade em que o pedido foi indeferido liminarmente (em 20/1/2020). Tal circunstância ensejou que o pleito fosse formulado diretamente no Tribunal *a quo* que, ao examiná-lo, acabou por **restabelecer a prisão preventiva do réu.**

Daí este habeas corpus, no qual a defesa sustenta, em suma, a ausência de motivação idônea para o restabelecimento da constrição cautelar, sobretudo porque a decisão proferida pelo Tribunal pode ser modificada pelo STJ, uma vez que objeto de recurso especial, ainda em processamento.

Requer, liminarmente e no mérito, a revogação da custódia preventiva.

A liminar foi indeferida e, diante da suficiente instrução dos autos, foi dispensada a solicitação de informações à autoridade apontada como coatora.

O Ministério Público Federal manifestou-se pelo não conhecimento do habeas corpus.

Decido.

A prisão preventiva é compatível com a presunção de não culpabilidade do acusado desde que não assuma natureza de antecipação da pena e não decorra, automaticamente, da natureza abstrata do crime ou do ato processual praticado (art. 313, § 2º, CPP).

Além disso, a decisão judicial deve apoiar-se em motivos e fundamentos concretos, relativos a fatos novos ou contemporâneos, dos quais se se possa extrair o perigo que a liberdade plena do investigado ou réu representa para os meios ou os fins do processo penal (arts. 312 e 315 do CPP).

Na hipótese, não obstante o paciente haja permanecido algum tempo em liberdade, logo depois de proferida a sentença condenatória, não há como desconsiderar o fato de que a decisão que, em segundo grau, decretou a preventiva apontou **motivos concretos e idôneos** para embasar a ordem de prisão do acusado, porquanto salientou que "O condenado foi preso em flagrante **com grande quantidade e diversidade de entorpecentes** (14 g de maconha, 0,2 g de cocaína na forma de crack, 320 g de cocaína em 880 pinos, 169 g de maconha em 13 unidades e 15 g de cocaína na forma de crack em 110 sacos plásticos), praticava o crime de tráfico de drogas na residência e que **era o responsável pela contabilidade da facção criminosa Comando Vermelho**" (fls. 30-32).

Ou seja, a decisão destacou não apenas a expressiva quantidade e variedade de entorpecentes apreendidos (somados chegam a quase meio quilo de drogas), como também fez menção ao fato de que o paciente integra a organização criminosa denominada Comando Vermelho, na qual era responsável pela contabilidade.

A respeito do tema, a jurisprudência desta Corte Superior é

firme ao asseverar que, nas hipóteses em que **a quantidade e/ou a natureza das drogas apreendidas e outras circunstâncias do caso revelem a maior reprovabilidade da conduta investigada**, tais dados são bastantes para demonstrar a gravidade concreta do delito e, por conseguinte, justificar a custódia cautelar para a garantia da ordem pública.

Ilustrativamente, menciono:

[...]

2. A prisão preventiva foi adequadamente motivada, tendo sido demonstrada pelas instâncias ordinárias, com base em elementos extraídos dos autos, a gravidade concreta da conduta e a periculosidade da recorrente, evidenciadas pela variedade, natureza deletéria e quantidade de drogas localizadas - 537,40 g de cocaína, 129,21 g de crack e 106,64 g de maconha -, circunstâncias que, somadas à apreensão de certa quantia em dinheiro e de apetrechos comumente utilizados no preparo dos entorpecentes, como duas balanças de precisão e 333 pinos vazios para acondicionamento do material tóxico, demonstram maior envolvimento com a traficância e risco ao meio social, recomendando a custódia para garantia da ordem pública.

[...]

(**RHC n. 112.390/MG**, Rel. Ministro **Joel Ilan Paciornik**, 5ª T., DJe 12/9/2019).

Concluo, então, haver sido **demonstrada a exigência cautelar** justificadora da prisão preventiva do paciente.

Por idênticos fundamentos, a adoção de medidas cautelares diversas **não se prestaria a evitar o cometimento de novas infrações penais** (art. 282, I, do Código de Processo Penal).

Nesse sentido:

[...]

V - Adequada fundamentação do *decisum a quo* demonstrando **a real possibilidade de reiteração das condutas delitivas, portanto, não se faz viável a substituição da custódia por medidas cautelares diversas da prisão**, em razão dos múltiplos riscos à ordem pública.

Superior Tribunal de Justiça

Agravo Regimental desprovido.

(AgRg na PET no RHC n. 90.040/RJ, Rel. Ministro Felix Fischer, 5ª T., DJe 13/4/2018, destaquei)

Por fim, ressalto que, sob o prisma do entendimento adotado por esta Corte Superior de Justiça acerca da necessidade de manutenção da custódia preventiva em casos como o dos autos, não há óbice a que se decida este habeas corpus de forma monocrática, haja vista ser expressamente autorizado – pelo inciso XX do art. 34 do Regimento Interno deste Superior Tribunal – que o Relator decida o habeas corpus, **monocraticamente**, quando a decisão impugnada se conformar com a jurisprudência dominante acerca do tema.

À vista do exposto, com fundamento no art. 34, XX, do RISTJ, **denego a ordem**.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 02 de abril de 2020.

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**